

Moçambique: Entre Estagnação e Crescimento

António Francisco

"MOÇAMBIQUE É MANINGUE NICE" TORNOU-SE UMA EXPRESSÃO CADA VEZ MAIS POPULAR, ESPECIALMENTE NO SEIO DA ELITE URBANIZADA MOÇAMBIQUANA. NO ENTANTO, ESTA IMAGEM POSITIVA E PROMISSORA CONTRASTA COM OUTRA IMAGEM, TAMBÉM VERDADEIRA, MAS MUITO DIFERENTES E NADA AGRADÁVEL; "MOÇAMBIQUE MANINGUE NASTY (DESAGRADÁVEL)", ILUSTRADO PELO FACTO DE CERCA DE 60% DA POPULAÇÃO VIVER COM MENOS DE 1,25 DÓLARES (\$EUA) POR DIA, ENQUANTO MENOS DE 20% VIVE COM 2 \$EUA OU MAIS POR DIA.

Moçambique: *Maningue nice* ou... *maningue nasty*?

Em parte, o apelo popular da expressão "Moçambique maningue nice" deriva do facto de uma pequena frase conjugar uma mescla de quatro palavras, originárias de três línguas diferentes, relevantes na vida quotidiana moçambicana. Além das palavras "Moçambique" e "é", na língua oficial, Português, existe a palavra "maningue", significando "muito", numa das línguas do sul de Moçambique, e a palavra inglesa "nice", que significa "bom", língua franca dominante na África Austral.

Sem dúvida. Que Moçambique é "muito bom", não é uma mera imaginação nacionalista. É algo real. Além das suas paisagens idílicas, Moçambique é um dos países mais ricos da África Austral, devido aos seus imensos recursos naturais. Possui também uma localização geoestratégica privilegiada, com a sua longa costa banhada pelo Oceano Índico, de norte a sul, permitindo acesso ao mar a vários países sem costa marítima. Por outro lado, nas duas últimas décadas, a economia formal tem exibido taxas de crescimento económico elevadas e espera-se que mantenha um crescimento dinâmico no futuro.

O conceito "Moçambique maningue nasty" capta uma realidade completamente diferente. O Moçambique rural, por exemplo, representando entre 65 a 70% da população total, encontra-se ainda numa fase incipiente da transição demográfica. Enquanto a queda da taxa de mortalidade remonta à primeira metade do século XX, em praticamente todo o país, a transição da fecundidade está a acontecer apenas em algumas partes da área urbana. A Taxa Global de Fecundidade permanece acima de cinco filhos por mulher, correspondente a 6,6

filhos por mulher rural contra 4,5 filhos por mulher urbana.

A lenta transição demográfica em Moçambique é consistente com uma economia rural praticamente estagnada e dominada pela produção de subsistência precária. O regime malthusiano ainda predomina no Moçambique rural: baixa produtividade, falta de tecnologia moderna e consequentemente, baixos níveis de produção e de rendimento. Ao longo da primeira década deste século, a renda diária média rural rondou os 10 meticais (MT) *per capita* (cerca de 30 cêntimos do dólar americano), contra uma renda mediana de apenas 4 MT (13 cêntimos do \$EUA), indicando que a desigualdade está a aumentar.

Neste contexto, a contribuição da economia rural para a renda nacional, medida pelo Rendimento Nacional Bruto (RNB), deverá ter representado apenas um quarto do RNB total. Em outras palavras, enquanto o moçambicano rural produz uma renda anual de cerca de 120 \$EUA per capita, o moçambicano urbano ou urbanizado gera uma riqueza anual média cerca de 10 vezes maior do que a rural: aproximadamente 1.100 \$EUA per capita^{1,2}.

Realismo versus *Wishful Thinking*

As duas contrastantes imagens de Moçambique, acima destacadas, inspiram uma multiplicidade de representações analíticas, opiniões e interpretações conducentes a diferentes percepções e abordagens. Enquanto certos observadores e analistas procuram adaptar as suas representações à realidade, outros optam por considerar os seus desejos, aspirações e interesses como realidades, assumindo decisões ou seguindo opções baseados nos seus interesses, em vez de os considerar em conformidade como os factos reais.

A primeira abordagem, seja ela optimista ou pessimista, pode ser chamada de realista. Quanto à segunda, podemos designá-la por "wishful thinking", ou numa tradução literal, "pensamento desejoso". No seu extremo trata-se de uma espécie de auto-ilusão; nas suas formas mais moderadas, um optimismo injustificado; mas na sua forma mais absurda, o "wishful thinking" consiste em tentar fazer as coisas acontecerem apenas por se desejar que elas aconteçam. Infelizmente, esta última forma de "wishful thinking" tem-se convertido na ideologia

dominante na formulação de políticas moçambicanas, entre líderes políticos, Governo e doadores.

Um ilustrativo exemplo do "wishful thinking" moçambicano, convertido em ideologia oficial do regime, pode ser encontrado no discurso de Armando Guebuza, Presidente de Moçambique, proferido em Bruxelas, no passado dia 16 de Outubro. Particularmente revelador é o conceito de "redistribuição da riqueza", escolhido por Guebuza como modelo redistributivo *Made in Mozambique*.

"Para nós, em Moçambique", disse Guebuza, "este conceito traduz-se no empoderamento dos cidadãos para fazerem a sua parte na luta contra a pobreza, porque riqueza produz-se através do trabalho e só se distribui o que se tem". A este conceito, Guebuza acrescentou outro, muito querido entre os doadores, "desenvolvimento inclusivo", adiantando: "...identificam-se as acções que resultam na integração de mais cidadãos na vida social e económica da nação, tornando-se activos agentes do seu desenvolvimento e seus primeiros beneficiários"³.

Para ser ainda mais convincente para o público, o Presidente Moçambicano ilustrou a sua visão sobre redistribuição da riqueza e desenvolvimento inclusivo em Moçambique, acrescentando: "...procedemos à descentralização de recursos financeiros para os distritos rurais... recursos destinados à geração de emprego e produção de comida, conhecidos por '7 milhões', o equivalente a cerca de 200 mil euros".

Na realidade, este financiamento distrital não passa de um fundo excepcional e ad hoc, fortemente centralizado e controlado pelo próprio Presidente, orientado principalmente para os distritos subordinados ao Estado controlado pelo Partido Frelimo. A generalidade dos distritos rurais que permanece sob um regime de partido único, ao continuarem geridos administrativamente pelo Estado, sem alguma vez terem realizado eleições democráticas municipais, ao contrário do que é prescrito pela Constituição da República Moçambicana^{4,5}.

Mesmo quando as pessoas não designam o "wishful thinking" por este nome, ele é facilmente reconhecível. Basta prestar atenção às palavras, acções e atitudes dos protagonistas. Por isso, em relação ao discurso acima referido, as

pessoas que esperavam ansiosas ver o Presidente Guebuza partilhar a sua visão sobre como melhor gerir as novas receitas esperadas do sector mineiro, tiveram motivos de sobra para saírem do evento decepcionadas. Os cidadãos europeus certamente não encontraram na retórica sobre empoderamento, emprego e crescimento, do Presidente Moçambicano, qualquer motivo de inspiração para melhor lidarem com as suas próprias dificuldades económicas muito menos terão tido motivos para invejarem a chamada estabilidade macroeconómica moçambicana.

Infelizmente, sobre este assunto, quando o Fundo Monetário Internacional (FMI) avalia o desempenho da economia moçambicana, frequentemente assume uma postura demasiado complacente e paternalista, como ilustra a seguinte afirmação: "Moçambique continua a enfrentar a turbulência económica global muito bem"⁶. Sem ser totalmente incorrecta, esta avaliação escamoteia a verdadeira vulnerabilidade a que as contas externas do Estado estão realmente expostas, sabendo que a nível externo elas têm contado com as relações e elevado apoio e dos doadores, mas internamente os moçambicanos só podem contar consigo próprios. Ou seja, a principal incerteza da economia moçambicana é interna, a estagnação crónica, não a crise económico-financeira global. Uma visão muito mais realista do contexto interno e externo da economia moçambicana foi partilhada pela agência de rating Standard & Poor's, em Agosto passado, ao reafirmar a sua avaliação 'B + / B' sobre as notações de crédito, a curto e a longo prazo em moeda estrangeira e local. Primeiro, Moçambique desfruta de um panorama relativamente estável, admite a S&P, mas num ambiente de mercado altamente especulativo. Segundo o "panorama estável" está condicionado à expectativa de que "o apoio dos doadores vai continuar a ajudar a financiar os défices fiscal e externo, que o forte crescimento económico continuará e que a situação política permanece relativamente estável... [Mas]... Poderemos rebaixar os ratings se o apoio dos doadores vacilar, os défices fiscal ou externo aumentarem, a inflação voltar para taxas de dois dígitos, ou a agitação social e tensões políticas se agravarem"⁷.

Em outras palavras, a partir da avaliação da S&P, mesmo aqueles que actualmente vivem no luxo,

evitam falsas ilusões e facilmente percebem que, no jargão financeiro internacional, também vivem no "lixo".

MOÇAMBIQUE NUM MOMENTO DE VIRAGEM?

Há várias razões para acreditar que Moçambique se encontra actualmente num ponto de viragem crucial em diversas áreas, mas apontando em direcções diferentes. É sempre possível distribuir melhor a riqueza e os recursos financeiros disponíveis. O que é mais difícil, se não impossível, é distribuir a riqueza que não se produz e não se possui. Só não é totalmente impossível, porque no caso de Moçambique, o Estado e o seu Executivo, até aqui têm conseguido distribuir mais do que a sociedade moçambicana produz, graças às doações fornecidas pelos países desenvolvidos.

Todavia, sem um quadro económico e financeiro adequado, não seremos capazes de reduzir a pobreza e promover o desenvolvimento social e económico inclusivo, que segundo alguns, as altas taxas de crescimento, têm sido incapazes de alcançar. Em outras palavras, sem subestimar a má redistribuição da riqueza observada, de facto, o maior problema de Moçambique continua a ser a crónica estagnação económica que afecta a maioria da população.

Num recente estudo, o autor deste texto mostrou que as iniciativas associadas à Estratégia de Redução da Pobreza do FMI (PRSP ou PARPAs em Moçambique) e aos *Objectivos de Desenvolvimento* do Milénio (ODMs), da Organização das Nações Unidas (ONU), têm ajudado Moçambique a evitar o Estado Falhado mas dificilmente ajudarão a livrá-lo do Estado (Quási)-Falhado em que se encontra mergulhado há mais de três décadas⁸.

Entretanto, uma nova iniciativa chamada Piso de Protecção Social (FPS) está a emergir com o objectivo de substituir e dar continuidade às iniciativas presentemente em curso, nomeadamente os ODMs, cujo prazo termina em 2015. Porém, o seu sucesso muito provavelmente irá depender da forma como vai lidar com a realidade, nomeadamente com as características e a natureza estruturante das dinâmicas demográficas e económicas prevaletentes.

Quando os doadores afirmam, como o fez a Comissão Europeia (CE) em Agosto passado, que "os programas de transferência social... representam a forma dominante de protecção

Infelizmente, [...] o wishful thinking tem-se convertido na ideologia dominante na formulação de políticas moçambicanas, entre líderes políticos, Governo e doadores.

social, com os doadores jogando frequentemente um papel importante na sua concepção e financiamento"⁹, por mais bem-intencionados que sejam, estão absolutamente errados.

A realidade em Moçambique, nos dias de hoje, mostra que ter muitos filhos, continua a ser a principal forma de protecção social em Moçambique. Apesar das suas enormes limitações e precariedade, é a partir das velhas formas de protecção social que temos que iniciara formulação de políticas e programas de acção. Doutra modo, facilmente caímos no vulgar "wishful thinking". E claro, só porque seria bom que algo fosse verdade, não torna o nosso desejo realidade.

Recentemente o Governo moçambicano e o FMI abriram uma janela de oportunidade, ao admitirem a possibilidade de ampliar o actual espaço fiscal minúsculo, disponível para a protecção social, no Orçamento do Estado. Sabendo que os PRSPs são incapazes de ajudarem Moçambique a livra-se do pântano de estagnação e da falência financeira, em que se encontra mergulhado, determinar que outros instrumentos políticos e económicos poderão ser usados continua a questão em aberto. Na verdade, este é o grande desafio que Moçambique enfrenta, neste momento crucial da sua história.

Este texto é uma tradução com ligeiras modificações do artigo em inglês, publicado na revista mensal GREAT (Governance, Regional integration, Economics, Agriculture and Trade (GREAT) – Insights, do European Centre for Development Policy Management (ECDPM), Volume 1, Edição 10, Dezembro 2012. Esta edição, dedicada ao tema "África num ponto de viragem? O caso de Moçambique", inclui uma entrevista ao Presidente Armando Guebuza e uma dezena de artigos, incluindo um de Marc De Tollenaere, um dos membros fundadores do IESE: "Mozambique: Ready for a Rollercoaster Ride?" (versão online disponível aqui: www.ecdpm.org/great/).



1. Francisco A, Muhorro S. Pauperização Rural em Moçambique na 1ª Década do Século XXI. *IDeIAS*. 2011; Boletim Nº 34, 8 de Abril. www.iese.ac.mz/lib/publication/outras/ideias/ideias_32.pdf.

2. World Bank. The World Bank: Data, Indicators. 2012. <http://data.worldbank.org/indicator/SI.POV.DDAY?display=default>.

3. Guebuza A. Speech by Armando Emilio Guebuza, President of the Republic of Mozambique, Brussels, 16 October 2012. *Eudevdays.eu*. 2012. <http://eudevdays.eu/node/5280>.

4. Forquilha SC, Ore A. Transformações Sem Mudanças? Os Conselhos Locais e o Desafio da Instituição Democrática em Moçambique. In: Brito L de, Castel-Branco C, Chichava S, Francisco A, eds. *Desafios para Moçambique 2011*. 1ª ed. Maputo: IESE; 2011:35–53. www.iese.ac.mz.

5. Rosário D do. Descentralização em Contexto de Partido "Dominante": O Caso do Município de Nacala Porto. In: Brito L de, Castel-Branco C, Chichava S, Francisco A, eds. *Desafios para Moçambique 2011*. 1ª ed. Maputo: IESE; 2011:55–90. www.iese.ac.mz.

6. IMF. Moçambique: Quarta Avaliação ao Abrigo do Instrumento de Apoio à Política Económica e Pedido de Modificação de Critérios de Avaliação — Relatório do Corpo Técnico. *International Monetary Fund (IMF)*. 2012. www.imf.org/external/country/MOZ/index.htm. Accessed July 18, 2012.

7. S&P. Ratings on Mozambique Affirmed at "B+/B"; Outlook Stable. *Standard & Poor's*. 2012. www.standardandpoors.com/prot/ratings/entity-ratings/en/us/?entityID=277554§orCode=SOV.

8. Francisco A. Política Pública e Intervencionismo: Porque Existe o PARP em Moçambique? In: Brito L de, Castel-Branco CN, Chichava S, Francisco A, eds. *Desafios para Moçambique 2012*. Maputo: 259-294; 2012.

9. EC. *Communication from the Commission to the European Parliament, the Council, the European Economic and Social Committee and the Committee of the Regions: Social Protection in European Union Development Cooperation*. Brussels: European Commission (EC); 2012. http://ec.europa.eu/commission_2010-2014/piebalgs/headlines/news/2012/08/20120824_en.htm.